



FEMINISMO NEGRO: MOVIMENTO SOCIAL PARA IGUALDADE DE GÊNERO E DE RAÇA

Autor (1) Cláudia Ferreira Alexandre Gomes; Co-autor (1) Laura Susana Duque Arrazola;
Orientador (2) Laura Susana Duque Arrazola

Universidade Federal Rural de Pernambuco
claudia83gomes@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco
lsduquearrazola@gmail.com

RESUMO: O objetivo desse artigo é trazer para o debate o feminismo negro brasileiro e refletir sobre os desdobramentos à participação da mulher negra no movimento feminista e suas articulações no interior deste movimento a partir da compreensão de suas particularidades. O presente artigo se transforma em uma oportunidade para problematizar o racismo e instigar os setores comprometidos com a transformação social a pensarem estratégias que estimulem a construção de alianças e alternativas que possibilitem eliminar não só o racismo, bem como as desigualdades de gênero, classe e raça.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Feminismo Negro, Gênero, Raça.

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é realizar uma reflexão sobre a organização e luta das mulheres negras no interior do movimento feminista. Sendo assim, nosso objetivo é identificar as formas dos movimentos negros brasileiros, bem como refletir sobre o feminismo negro brasileiro. A presente pesquisa bibliográfica, constitui uma fase exploratória da minha dissertação de mestrado sobre a beleza negra.

Durante décadas as mulheres negras têm atuado contra o silêncio sobre as suas condições de vida e sobre a invisibilidade de suas reivindicações, buscando no aporte das lutas feministas e antirracistas o espaço para o exercício de sua cidadania. As denúncias sobre o sexismo na sociedade brasileira e outras formas de discriminação, bem como o

silêncio sobre outras formas de opressão como as racistas, vêm exigindo “a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo” (CARNEIRO, 2003, p.117).

O que leva a partir de então, à necessidade de compreensão das particularidades das mulheres negras, questionando assim a visão homogenizadora e universalizante do feminismo europeu/brasileiro. Nosso interesse é poder refletir sobre as construções culturais e históricas da dominação e discriminação sofrida pelas mulheres negras na sociedade brasileira, como também reconhecer sua organização e luta para a compreensão do que é ser mulher e ser negra em dita sociedade.

O que são Movimentos Sociais?



Desde logo é preciso expor nosso entendimento sobre os movimentos sociais. Apoiadas em Alberto Melucci (1989) nós os encaramos como ações sociais coletivas, de caráter social, político e cultural, que viabilizam formas distintas da população organizar-se e expressar suas demandas.

Tanto os movimentos sociais dos anos 1980, como os atuais, têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Esses movimentos sociais criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, criam em seus/suas participantes, sentimentos de pertencimento social. Aqueles/as que eram excluídos/as passam a sentir-se incluídos/as em um tipo de grupo ativo.

Para Correia (2001), apud Azevedo, 2016), a sociedade civil ganha dos movimentos sociais (com suas ações), a conquista de direitos não disponibilizados pelo Estado. E nesse contexto de carências e de exclusão, são os movimentos sociais que nas suas práticas cotidianas de movimentação social, ainda que com certas limitações, potencializam suas ações com as novas formas de se fazer política, de participação social, de construção do processo democrático e de transformação social. Os movimentos sociais são compreendidos como tentativas coletivas e organizadas que visam determinadas

mudanças, até mesmo a possibilidade de construção de uma ordem social diferente, visando uma nova sociedade.

Por “novos” movimentos sociais compreendem-se os movimentos que passaram a surgir na Europa, Estados Unidos, América Latina, desde final da década de sessenta.

Maria da Glória Gohn (1995) assevera que os novos movimentos sociais contrapõem-se aos “velhos” e historicamente tradicionais movimentos sociais. Os “novos” movimentos sociais contrapõem-se às relações de produção capitalistas, que impedem que grande parte das famílias da classe trabalhadora, principalmente as famílias negras, não consigam realizar os anseios por uma vida plena de sentido. Como aponta Ricardo Antunes (1997, p. 86) “(...) outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são de grande significado na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido”.

História do Movimento Feminista

O feminismo, é “uma prática política e um pensamento crítico”, como explica Betânia Àvila (2000, p. 07).

As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e



desvalorizada. Muitas consideram as sociedades históricas como patriarcais (SAFFIOTI, 1988).

O feminismo propõe um projeto de sociedade não sexista, não racista e não classista e coloca como objetivo a transformação profunda, da ordem patriarcal e das desigualdades sociais de classe, de raça, de gênero e orientações sexuais não heterossexuais. O feminismo também assume-se anticapitalista e luta pelos princípios de igualdade, de equidade e de justiça social.

Segundo Francine Descarrier (2002) os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres, para denunciar a desigualdade de gênero.

No desenrolar do século XIX as lutas libertárias pela conquista da cidadania ganharam vulto no mundo ocidental; Inglaterra e a França foram sacudidas pelo movimento do direito a cidadania e o sufrágio universal. Estas lutas ganharam força com o movimento ludista (1811-1812) e depois com o movimento cartista que sacudiu a sociedade patriarcal Inglesa e francesa de 1837 a 1848. Como resultado da explosão desta revolta, só os homens obtiveram o direito de voto. Estas revoltas e lutas pela igualdade contaminaram as mulheres dos Estados Unidos e da Europa e este rastro de rebeldia espalhou-se mundialmente (BRASIL, 2010).

O movimento feminista, a partir da organização das mulheres reivindicando o direito à igualdade, data mais ou menos da segunda metade do século XIX. Neste período, organizou-se um movimento de mulheres burguesas e de classe média, chamadas de sufragistas.

De acordo com Alves e Pitanguy, (1985, p.44) “o sufragismo, enquanto movimento, iniciou-se nos Estados Unidos, em 1848 e denunciava a exclusão da mulher da esfera pública” num momento em que havia “(..) uma expansão do conceito liberal de cidadania”.

Segundo Guacira Louro (2007), pode-se afirmar que os objetivos das sufragistas estavam diretamente ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média.

Ao mesmo tempo, as mulheres trabalhadoras se organizaram nos sindicatos e desde o início das organizações socialistas, houve a presença das mulheres, mesmo encontrando resistência e oposição entre os homens militantes. Eles argumentavam que o lugar adequado para as mulheres era o espaço doméstico-familiar e decorrente disso, consideravam que as mulheres eram ladras de emprego (BRASIL, 2010).

A partir de 1975 surge a “Década da Mulher” como consequência das lutas do movimento feminista em vários continentes, que se iniciaram em 1970. As mobilizações eram



organizados tendo como foco o fim da discriminação às mulheres, enquadrando-as nos planos de desenvolvimento. “Assim, em 1979, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi confirmada a convenção internacional sobre a abolição de todas as formas de discriminação contra as mulheres” (HERNANDEZ, 2007, p. 2).

Feminismo no Brasil

Em relação ao Brasil, pode-se afirmar que o feminismo brasileiro iniciou-se em 1910 a partir da fundação do Partido Republicano Feminino pela professora Deolinda Daltro no Rio de Janeiro, tendo entre seus objetivos, reacender a discussão sobre o voto da mulher no Congresso Nacional (ALVES e PITANGUY, 1985).

Berta Lutz, uma importante militante do período, reuniu mulheres da burguesia na luta pelo direito ao voto, e inclusive, espalharam panfletos de avião sobre o Rio de Janeiro reivindicando o voto feminino no início dos anos 20 (BLAY, 2001). Além disso, deputados federais e senadores foram pressionados por elas, chegando suas exigências até o então presidente Getúlio Vargas. Ainda segundo Eva Blay (2001) o voto feminino foi conquistado como direito em 1933, concedido por Vargas, e assegurado na Constituição de 1934; contudo, as mulheres brasileiras só puderam votar de fato

pela primeira vez em 1945, perante a queda da ditadura getulista. Com o golpe militar em 1964 no Brasil, os movimentos de mulheres, juntamente aos demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados” (COSTA, 2005).

É fundamental salientar que o movimento feminista foi importante para as conquistas das mulheres brasileiras. Dentre os acontecimentos ocorridos no Brasil, podemos destacar as comemorações do Ano Internacional da Mulher, em 1975, que segundo Costa (2005), foi promovido pela ONU e abrangeu as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde foram realizadas atividades que possibilitaram a reunião de mulheres que se interessavam pela posição da mulher na sociedade, tornando-se possível a discussão sobre o movimento feminista.

Ainda segundo Costa (2005), no ano de 1975, foi criado o jornal Brasil Mulher em Londrina. Já em 1980 segundo Costa (2005, p. 16), “O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo de interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais e criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias”. Segundo Costa (2005), foi possível notar no



início de 1990, a multiplicação e a variedade de organizações feministas.

Para Costa (2005) o feminismo como movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado.

No caso do Brasil, podemos destacar os avanços do movimento feminista que foram assegurados pela Constituição Federal de 1988 (CF). O art. 5º, em seu inciso I diz que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Ainda nesse mesmo documento, o art. 7º, inciso XVII é assegurada “licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias”. A partir dessa constituição são garantidos os direitos de igualdade entre homens e mulheres, com a proibição de atitudes discriminatórias por motivos de sexo, colocando a questão da sexualidade em ponto de discussão.

Contudo, apesar das inúmeras conquistas das mulheres no mundo, tanto o Brasil como outros países, ainda enfrentam o desafio de garantir todos os direitos humanos a todas as mulheres.

Ondas feministas: o feminismo e suas gerações

A primeira onda feminista surgiu em fins do século XIX e perdurou até meados do século XX em que as mulheres lutavam por garantias de igualdade de direitos entre os sexos. Essa primeira onda teve início nos Estados Unidos, tendo se estendido à América Latina. A militância do movimento feminista na América Latina caminha em torno de uma luta em que a mulher se torna protagonista, isto é, pela igualdade de gênero como também por garantias iguais no mercado de trabalho e no direito à participação nas decisões políticas. O sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo” (LOURO, 2003, p.15). Este movimento era composto por mulheres brancas, heterossexuais e de classe média.

A segunda fase do feminismo (segunda geração ou segunda onda) ressurge nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (NARVAZ & COLLIER, 2006).



Essa nova onda, envolve outras questões além do trabalho, como por exemplo a reivindicação das mulheres de classes populares por creches públicas, entre outras questões de âmbito social mais amplas e polêmicas, como a legalização do aborto.

A terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda), surgiu na década de 1990 e conserva-se até os dias atuais, sendo marcada pela criticidade e o respeito aos ideais feministas. Concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade.(PEREIRA, 2004).

Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero.

Breve discussão acerca das relações de gênero

Maria Betânia Ávila (2000) explica o feminismo como um movimento político e uma teoria crítica. Isso porque as feministas têm revisado, criado e recriado outras categorias de análises e outras explicações elaboradas desde uma visão androcêntrica sobre as relações sociais (trabalho, poder, dinâmica societária, cidadania, entre outras). Uma dessas categorias tem sido o gênero; a divisão sexual do trabalho; produção-reprodução. O conceito de gênero, ao explicar as relações sociais entre os sexos,

desnaturaliza o masculino e o feminino, revelando-os como criações socioculturais e históricas, permitindo a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, caracterizando essas relações, como relações de poder (SAFFIOTI, 1994).

Helena Hirata (2000) apoiada em Daniel Kergoat explica as relações sociais de sexo, como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas, conseqüentemente, relações de exploração e opressão entre essas duas categorias socialmente construídas: o masculino e feminino. Tais relações, têm como base material, a divisão sexual do trabalho, segundo a classe social e também a raça.

Movimento Negro no Brasil

No Brasil, não apenas o movimento feminista assumiu-se de modo organizado. A população negra também se organizou em movimento.

O movimento negro contribuiu para o surgimento do movimento de mulheres negras, porque ele aparecia como um espaço privilegiado de luta em torno das questões raciais, nas quais mulheres e homens negros discutiam e reivindicavam medidas eficazes contra a discriminação racial praticada no país (MOREIRA, 2007).

Para reverter o quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os



movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Cultural Henrique Dias (1908); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor (CUNHA, 1992).

Na década de 1930, o movimento negro deu um salto qualitativo, com a fundação em 1931 em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB). Esta foi uma das primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrécio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente Negra a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento” (DOMINGUES, 2007, p. 106).

O nascimento do Movimento Negro significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional (GONZALES & HASENBALG, 1982).

Como parte dos avanços dos movimentos negros nas diversas esferas do poder público, houve uma expansão do debate em torno de políticas de ação afirmativa, que tem provocado uma mudança substantiva de percepção dos/das brasileiros/as pretos e pardos em relação à sua identidade racial.

Feminismo negro

Até a década de 1980, o movimento feminista brasileiro encontrava-se identificado com as seguintes demandas: a luta contra a dominação masculina, a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e as lutas sociais. As diferenças no interior do movimento feminista só emergem com a democratização do país e a mobilização das mulheres em vários outros movimentos sociais. Inicia-se a partir desse período uma crítica a forma como o feminismo se apresentava: liderado por mulheres brancas, urbanas, da classe média alta e oriundas dos países ocidentais desenvolvidos (PIERUCCI, 1999). Neste contexto, as desigualdades de gênero não eram mais suficientes, pois esse conceito – utilizado muitas vezes pelas feministas americanas somente para referirem-se as diferenças baseadas no sexo – não contemplava distinções que existiam entre as próprias mulheres, ou seja, aspectos associados à classe e raça/etnia (PIERUCCI, 1999).



Nas sociedades de classe, mulheres negras, por vezes sofrem uma tripla exploração: gênero, classe e raça (STOLKE, 1991).

Neste momento de pluralização no interior do movimento feminista, as mulheres negras começam a questionar suas posições, tecendo críticas e reivindicando espaço para a discussão de suas próprias demandas. (PIERUCCI, 1999).

Dessa forma, discutir o peso da questão racial na configuração dessas sociedades desiguais tornou o movimento feminista mais representativo quanto ao conjunto de mulheres brasileiras.

“É possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.” (CARNEIRO, 2001, p. 02).

Feministas negras: algumas lideranças.

Para entender melhor o desenvolvimento do feminismo negro no Brasil, cabe identificar as algumas lideranças negras, de onde vieram, onde atuam, quais são seus objetivos, etc. O perfil das feministas negras é constituído por mulheres, em geral na faixa dos 50 anos, a maioria com nível superior na área das Ciências humanas e com Pós-Graduação em

nível de mestrado e doutorado. Em relação à origem social, fazem parte de uma classe média emergente. A grande maioria é proveniente de famílias pobres, porém ascenderam socialmente principalmente devido à formação escolar, aliada a experiência profissional (LEMOS, 1997).

Dentre as feministas negras, destacaremos os principais aspectos da trajetória política e profissional de lideranças, tais como: Lélia Gonzáles, Fátima Oliveira, Edna Roland, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro, Wânia Sant’Anna e Fernanda Lopes. Estas mulheres protagonizaram as ações que deram forma ao feminismo negro, e conseguiram mediante seu ativismo, dar visibilidade, tanto a nível nacional quanto internacional, às temáticas e particularidades que cercam as mulheres negras no Brasil (DAMASCO, 2008).

Lélia Gonzáles (1935-1994), foi uma das precursoras do feminismo negro no país. Graduada em História e Filosofia, lecionou entre as décadas de 1970 a 1990 em universidades brasileiras, tais como a Puc-Rio, e organizou um dos primeiros grupos de mulheres negras no país: o Nzinga-Coletivo de Mulheres Negras. Participou da fundação do Movimento Negro Unificado e do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Em seus artigos preocupou-se, por um lado, em analisar a situação da mulher negra no



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mercado de trabalho e, por outro em valorizar a cultura e a tradição da população negra no país (DAMASCO, 2008).

A maranhense Fátima Oliveira graduou-se em medicina e foi diretora da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Iniciou sua militância política, na década de 1970, no movimento de mulheres no Brasil.

A psicóloga Edna Roland foi presidente da ONG paulista Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, além disso, foi fundadora do Bloco Afro Alafiá, do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e do Geledés-Instituto da Mulher Negra.

Aparecida Sueli Carneiro é formada em Filosofia e, foi uma das fundadoras da ONG Geledés-Instituto da Mulher Negra, a qual coordena até os dias de hoje. No Geledés criou um programa de saúde voltado para atender as especificidades que cercam a saúde das mulheres negras. É autora de textos que discorrem principalmente acerca da mulher negra, relações raciais no país e saúde da mulher negra (DAMASCO, 2008).

A socióloga Luiza Bairos é ativista do movimento negro. É ex-coordenadora do Movimento Negro Unificado da Bahia e ex-coordenadora do Programa de combate ao racismo institucional do PNUD. (DAMASCO, 2008).

Jurema Werneck formou-se em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (RJ) e

desde 1993 dirige a ONG carioca Criola. Foi co-autora do livro: “A Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe”. Coordenou projetos de saúde da mulher negra.

A assistente social e psicóloga Matilde Ribeiro, desde fins da década de 1970 é militante do movimento negro, de mulheres e feminista. Esteve entre os fundadores do SOWETO Organização Negra, em São Paulo. Atuou no Fórum de Mulheres Paulistas e Brasileiras e no Movimento Nacional de Mulheres Negras (DAMASCO, 2008).

A historiadora Wânia Sant’Anna atuou nas décadas de 1970 e 1980 tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro. Wânia pesquisa acerca das questões raciais no Brasil (BRASIL & SCHUMAHER, 2007).

Fernanda Lopes tem mestrado e doutorado em Saúde Pública pela USP. Foi coordenadora das ações de saúde do Programa de Combate ao Racismo Institucional do Sistema das Nações Unidas no Brasil (PNUD). Foi Conselheira Nacional de Saúde. É pesquisadora do Núcleo de Estudos para a Prevenção de Aids da Universidade de São Paulo.

A breve trajetória das militantes descrita acima, revela que representantes de grupos de mulheres negras ocuparam secretarias de governo; elaboraram programas governamentais voltados à população negra;



lecionaram em universidades públicas e privadas; presidiram entidades como a Fundação Cultural Palmares, conseguiram financiamento de agências internacionais às suas ações; representaram o país em conferências internacionais, etc.

Essas ativistas negras, vinculadas tanto ao movimento negro quanto ao feminista, desde o início da década de 1980 até meados da década de 1990, galgaram importantes posições no espaço político nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O movimento de mulheres negras, menciona em seu texto sobre as novas agendas feministas na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, que o movimento deve ser gerido por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias, que se detiveram criticamente sobre as questões mais urgentes da conjuntura nacional e internacional, nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e dos desafios e mecanismos para a sua superação (CARNEIRO, 2003).

Por ocasião da III Conferência Mundial de Mulheres em Nairóbi/1985, Albertina Costa (feminista branca), Thereza Santos e Sueli

Carneiro (ativistas negras), organizaram juntas uma publicação que continha um diagnóstico acerca da situação da mulher brasileira em diferentes esferas sociais (CARNEIRO et al, 1985).

Sueli Carneiro e Thereza Santos (1985) concluíram que as mulheres não-brancas, comparadas com as mulheres brancas eram as que enfrentavam maiores dificuldades tanto na área educacional, quanto no campo de trabalho, pois ocupavam os piores cargos e apresentavam o menor nível de escolaridade.

“Os eventos nacionais e internacionais das décadas de 1980 e 1990 funcionaram como arenas políticas importantes para as feministas negras, que ao incorporarem as variáveis raça e classe, entrelaçadas à de gênero, objetivaram expor as desigualdades sociais pelas quais passavam” (DAMASCENO, 2009, pág. 47).

A ação articulada dos movimentos de mulheres negras, jovens e lésbicas definiu, no plano de políticas, ações voltadas para o enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia institucionalizada no Estado brasileiro.

CONCLUSÕES

Os movimentos sociais brasileiros empreenderam um processo de profunda transformação social no país. Dentre esses movimentos, podemos destacar os movimento



negro e feminista como sujeitos políticos preocupados com esse ideal. O feminismo alterou as relações sociais, evidenciando as desigualdades baseadas no gênero. Reivindicou e inaugurou novos direitos, a exemplo a autonomia da mulher, os direitos sexuais, direitos reprodutivos e os mecanismos legais e sociais de proteção da mulher para exercer sua cidadania nas esferas pública e privada, livre da violência (WERNEK, 2010).

O mesmo ocorreu com o movimento negro brasileiro, que manteve uma agenda de questionamento sobre os princípios excludentes sofridos por negras e negros, frente a sociedade e o Estado. Denunciou o mito da democracia racial, mostrando para a sociedade os efeitos do racismo e das desigualdades. Conquistou a transformação do racismo em crime. Ampliou os marcos da cidadania da população negra, exigindo políticas públicas e de ação afirmativa para corrigir as desigualdades históricas.

A ação política gerada pelas mulheres negras, dentro do feminismo, não só foi um passo importante para denunciar o quadro de miséria e opressão a que elas estão submetidas, mas também para por fim ao estigma que sempre fez parte de sua representação social. O feminismo negro avança na construção da identidade, na busca da efetivação de direitos, e se espelha nas

várias manifestações de resistência e formas organizativas que auxiliaram a manutenção da população negra e sua tradição.

Um dos principais desafios dos movimentos sociais, especialmente os movimentos negro e feminista, é incorporar a luta contra o sexismo e o racismo como parte fundamental para sua construção de sujeito político. Para isso, é imprescindível reconhecer as mulheres negras como sujeitos políticos. Promovendo assim, rupturas com processos discriminatórios e segregadores, que possibilitam o tratamento subalterno destinado a esses sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. O que é FEMINISMO. São Paulo: Ed. Abril cultural: Brasiliense, 1985
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- AVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. Proposta. Rev. da FASE, ano 29, Marco/Agosto, 2000, p. 7-11.
- AVRITZER, Leonardo (org.). Sociedade Civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BLAY, Eva Alterman. 8 de março : Conquistas e controvérsias. Disponível em :<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643.pdf> > Acesso em 23 de abril de 2016.
- BRAZIL, Érico V & SCHUMAHER, Schuma. *Mulheres negras no Brasil*. São Paulo: Senac/São Paulo, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil Brasília: SPM, 2010.
- CARNEIRO, Sueli; COSTA, Albertina G.O & SANTOS, Thereza. *Mulher Negra/Política*



XII CONAGES

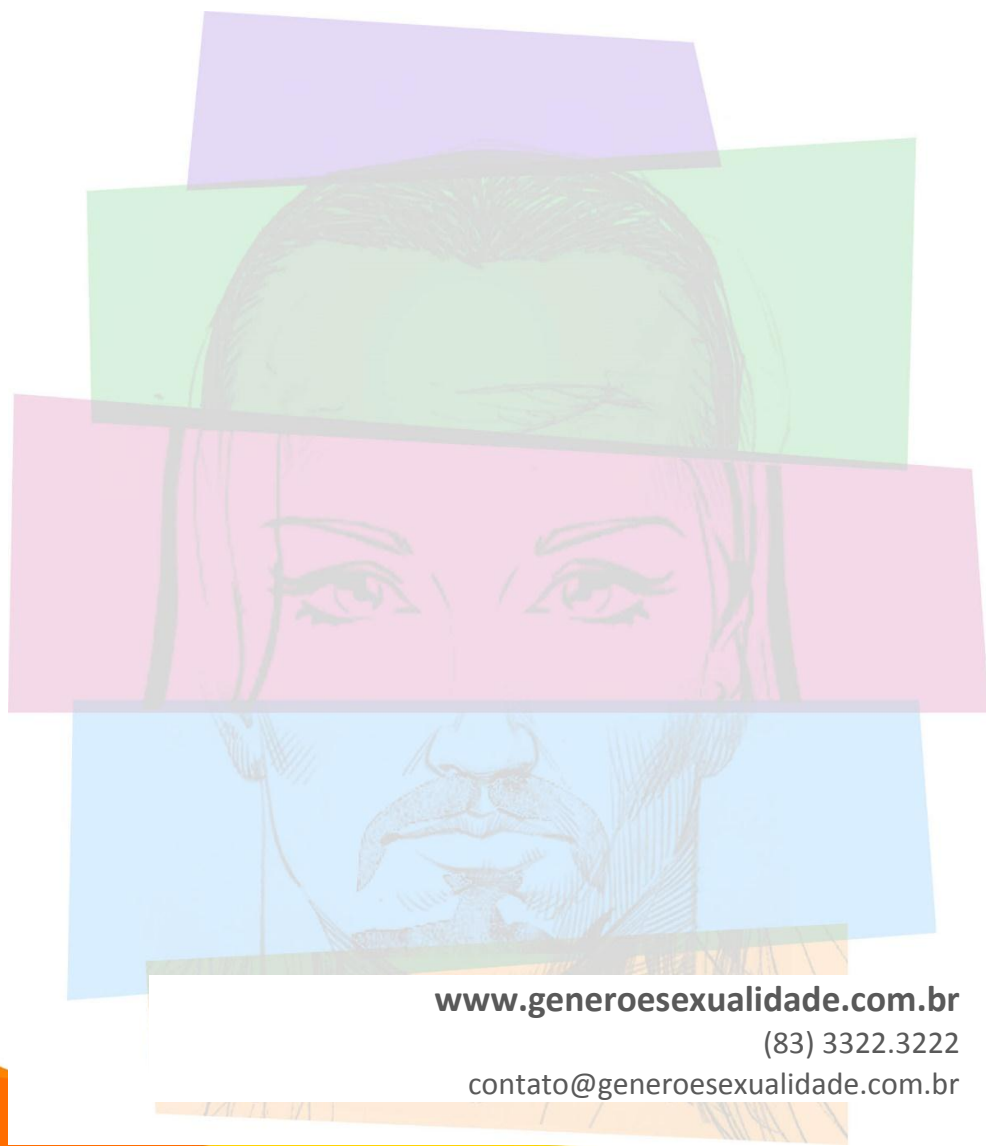
XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

- Governamental da Mulher. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos avançados. . N. 17 (49): 117-32, 2003.
- CORREIA, F. João Carlos. Comunicação e Cidadania: os Media e as Identidades nas Sociedades Pluralistas. Portugal: Universidade da Beira Interior. Tese de Doutorado, 2001.
- COSTA, Ana Aline A. "O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política". In: Labrys Estudos Feministas, jan/jul, 2005.
- COSTA, Cláudia de Lima. "O tráfico de gênero". In: Cadernos Pagu, volume 11, 1998.
- CUNHA, H. Jr. Textos para o movimento negro, São Paulo, Edicon, 1992.
- DAMASCO, Mariana Santos. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). Rio de Janeiro : s.n., 2008.
- DESCARRIES, Francine. "Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec". In: Labrys, estudos feministas. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, 2007, vol.12, nº 23, p.100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em 13 de abril de 2016.
- GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995.
- HERNANDEZ, Carmen Ozório. Movimento de mulheres e políticas para agricultura familiar: políticas para mulheres rurais ou com perspectiva de gênero? EMBRAPA, 2007. Disponível em Acesso em 22 mar 2016.
- HIRATA, Helena. Relaciones sociales de sexo y división del trabajo: contribuição a La discusión sobre el concepto trabajo, Herramienta: Revista de debate e crítica marxista, Nº 14, Primavera/Verano, Buenos Aires, 2000-2001, p. 81 -91.
- LEMONS, Rosália de O. Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. 1997, 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- LOURO, Guacira L. Gênero, Sexualidade e Educação – uma perspectiva pós estruturalista, Petrópolis : Vozes. 2007.
- MELUCCI, Alberto. Challenging codes. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- . Um objetivo para os movimentos sociais. Lua Nova, São Paulo, junho 1989, Nº 17, p. 49-66.
- NARVAZ, M., & KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11 (3), 647-654, 2006: p. 649.
- PAPA, Fernanda; JORGE, Flávio. O feminismo é uma prática: reflexões com mulheres jovens do PT. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.
- PEREIRA, V. L. (2004). Gênero: dilemas de um conceito. Em M. N. Strey, S. T. L. Cabeda & D. R. Prehn (Orgs.), Gênero e cultura: questões contemporâneas (Coleção Gênero e Contemporaneidade, Vol. I, pp. 173- 198), Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- PIERUCCI, Flávio A. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999, 224 p.
- SAFFIOTI, Heleieth. O Poder do Macho. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1988.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos AfroAsiáticos*, nº 20, p.101-119, 1991.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES



www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br